EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA DE FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX/UF.

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portadora da C.I. nº XXX.XXX SSP-UF e do CPF nº XXX.XXX.XXX.XXX, residente e domiciliada na ENDEREÇO, CEP: XX.XXX.XXX, telefone: XXXX.XXXX, FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portador da C.I. n.º XXX.XXX SSP/UF e do CPF n.º XXX.XXX.XXX - XX, residente e domiciliado ENDEREÇO, CEP: XX. XXX.XXXX, telefones: XXXX.XXXX, vêm, por intermédio da *Defensoria Pública do Distrito Federal*, com fundamento no artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, propor ação de:

DIVÓRCIO CONSENSUAL

Pelas razões de fato e de direito que se seguem:

I - DO MATRIMÔNIO

Os cônjuges casaram-se em XX/XX/XXXX, sob o Regime Parcial de Bens, conforme cópia da certidão de casamento anexa. Estão separados de fato e não há possibilidade de reconciliação.

II- DOS FILHOS

Da união nasceram X filhos: FILHO DE TAL, nascido em XX/XX/XXXX, conforme documentação anexa.

III- DA GUARDA, VISITAS E ALIMENTOS

A guarda, visitas e alimentos serão discutidos em ação autônoma, se for o caso.

IV - DOS BENS

Durante a existência do matrimônio, o casal adquiriu um imóvel na ENDEREÇO, onde a cônjuge reside atualmente com os filhos.

Referido imóvel foi financiado pela BANCO TAL, que hoje está estipulado no valor de R\$ XXX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO reais), faltando apenas X (XXX) prestação para quitação do bem, de forma que os requerentes contribuirão de forma igualitária para pagamento da última mensalidade.

Dessa forma, o imóvel deverá ser partilhado na proporção de XX% (XXXXXX por cento) para cada. Outrossim, por comum acordo dos requerentes, o imóvel será destinado à moradia da cônjuge virago, por meio de Usufruto Vitalício.

V - DOS ALIMENTOS ENTRE OS CÔNJUGES

Os requerentes dispensam alimentos entre si, vez que possuem meios próprios de subsistência.

VI - DO NOME DA MULHER

A autora, após a sentença que decretar o divórcio do casal, voltará ao seu nome de solteira, **FULANO DE TAL**.

VII - DOS PEDIDOS

Isto posto, requerem:

- a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita, com base no art. 4° da Lei n° 1.060/50, por serem economicamente hipossuficientes, conforme declarações anexas;
- b) A intimação do Ministério Público para atuar no feito na forma da lei;
- c) A procedência do pedido para decretar, por sentença, o divórcio do casal, expedindo-se o competente mandado ao Cartório de XX Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal, para fins de averbação, encaminhando-o com observância do disposto no item VI;
- d) A procedência do pedido para partilhar o bem descrito no item IV, no proporção de 50% (cinquenta por cento) do imóvel para cada requerente, reconhecendo-se, por conseguinte, direito de Usufruto Vitalício à Cônjuge Virago.

Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO reais).

Neste	es termos, pedem deferimento.
Brasília, DIA de MÊS de ANO.	
_	EULANO DE TAL
	FULANO DE TAL
_	FULANO DE TAL
	Defensor Público
ROL DE TESTE	MUNHAS:

1) FULANO DE TAL

Endereço: , CEP: XX.XXX-XXX - Telefone: XXXX XXXX

2) FULANO DE TAL

Endereço: , CEP: XX.XXX-XXX - Telefone: XXXX XXXX